

# O ensino de Gramática na obra de Cegalla: um olhar a partir da perspectiva sociolinguística e da Análise do Discurso Francesa

Mestrando Thiago Soares de Oliveira<sup>1</sup> (UENF)

## Resumo:

Considerando a crescente importância das discussões inovadoras a respeito de como se deve conduzir o ensino de Gramática da Língua Portuguesa a fim de que se abrande o preconceito linguístico que oprime os indivíduos que manejam o idioma, este trabalho propõe uma análise teórico-reflexiva acerca do aspecto de dominação contido no discurso normativista do professor Domingos Paschoal Cegalla, a partir do exame de trechos do prefácio da **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, com os objetivos principais de investigar como tal obra, que é recomendada tanto para os estudantes do nível fundamental e médio quanto para os estudiosos da língua nacional, norteia a educação em Língua Portuguesa e em que medida ela consolida o caráter classificatório e terminológico de transmissão do conhecimento gramatical. Para tanto, adota-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, em razão da existência de estudos e obras cuja qualidade e relevância reconhecidas podem servir de suporte para a reflexão proposta a partir dos objetivos traçados. Ademais, partindo do conceito de **ethos** advindo da Análise do Discurso Francesa e dos pressupostos sociolinguísticos em pleno percurso de consolidação, pretende-se desvelar a direção proposta por Cegalla, investigando os traços da intencionalidade autoral que ora se acoberta nas entrelinhas do preâmbulo, ora se evidencia na abordagem conservadora de conceitos já desconstruídos pela Sociolinguística. Por isso, antes da análise propriamente dita da obra proposta, são introduzidas algumas noções, bem como certos conceitos, no que se refere à Análise do Discurso Francesa e à Sociolinguística, com o intuito de que, ao fim, se possa demonstrar como tal compêndio gramatical, apesar de se posicionar em repúdio ao dogmatismo intransigente, propala a resistência ao dinamismo linguístico.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso Francesa; Ethos; Sociolinguística; Dinamismo linguístico.

## 1 Primeiras considerações

A primeira gramática normativa surgiu como reflexo da imposição da cultura helenística<sup>1</sup> em razão das conquistas de Alexandre Magno<sup>2</sup>, visto que as regiões por ele dominadas não partilhavam do idioma grego. Diante disso, criou-se um compêndio de unificação política e cultural a fim de normatizar a língua grega, que havia se espalhado desde a “Grécia, na Europa, até o Egito, na África, passando pelo Oriente Médio, pela Mesopotâmia, e chegando até o rio Indo, no limite entre o grande império persa (atuais Irã e Afeganistão) e a Índia” (BAGNO, 2007, p. 62). Surgiu, portanto, a necessidade impositiva de criação de um padrão uniforme e homogêneo acima das diferenças regionais e sociais.

---

<sup>1</sup> Segundo Bagno (2007, p. 62), “o nome da Grécia, na língua grega é Hellas, de onde vem Hélade, em português. Por isso, se chamam a si mesmos de helenos.”

<sup>2</sup> Alexandre Magno, antes chamado Alexandre III, foi o jovem rei macedônio conhecido por suas grandes conquistas territoriais e pela imposição de sua língua, o grego, aos povos dominados (BAGNO, 2007).

Pode-se registrar, desta feita, que a perspectiva dominadora que se apresenta em algumas gramáticas tradicionais foi historicamente determinada, e seus efeitos refletem a época em que surgiu a primeira gramática normativa. Isso significa que um compêndio normativo que, apesar do decurso do tempo, continua a perpetuar tal aspecto de dominação decerto não acompanhou a evolução dos processos de fala e escrita, desconsiderando as mudanças ocorridas e perenizando, algumas vezes, normas que não mais respondem aos anseios sociais, além de rechaçar a variabilidade linguística facilmente notada e amplamente documentada por estudiosos da Sociolinguística, tais como Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Stella Maris Bortoni-Ricardo.

Ao analisar, à luz da Sociolinguística, uma obra contemporânea como o preâmbulo da **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, 2000, Companhia Editora Nacional, 43ª edição, de Domingos Paschoal Cegalla, é possível visualizar a reprodução da natureza de dominação típica das gramáticas tradicionais, que compilam normas cujo conhecimento supostamente denota “status” e transmite preconceitos sociais relativamente às formas de falar e escrever que se manifestam cotidianamente.

A fim de desconstruir as noções estanques disseminadas pelos normativistas, serão contrapostos alguns conceitos adotados por Cegalla aos sustentados pela Sociolinguística. Além disso, será de grande valia o entendimento da percepção de **ethos**, com base nos estudos da Análise do Discurso, e sua aplicação ao discurso introdutório da obra do autor com o escopo de corroborar a resistência ao dinamismo linguístico.

Assim sendo, este trabalho não intenta esgotar o assunto, mas reconhecer, a partir de contraposições conceituais e da análise do prefácio da aludida obra, a resistência normativista à constante mutação sofrida pela língua, o que ratifica o aspecto de dominação a partir do qual são propagados diversos preconceitos linguísticos.

## **2 Análise do Discurso: alguns conceitos e a noção de ethos em Maingueneau e Amossy**

Surgida como área de conhecimento resultante da reunião de conceitos originários da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise, a Análise do Discurso Francesa (AD) despontou como uma teoria do sentido cujo objetivo era a análise de discursos efetivamente produzidos a partir de sua relação com a ideologia<sup>3</sup> e com o lugar social a partir dos quais são enunciados. A AD, segundo Mussalim (2001, p. 101), “designa uma disciplina surgida na França na década de 1960”, estando associada ao linguista e lexicólogo Jean Dubois e ao filósofo Michel de Pêcheux.

Conforme é entendido por tal disciplina, o discurso<sup>4</sup> tem múltiplos usos dentro da Linguística, sendo contextualizado e assumido. Charaudeau e Maingueneau (2006) observam que não se pode atribuir sentido a um enunciado<sup>5</sup> descontextualizadamente,

---

<sup>3</sup> Segundo Marilena Chauí (2001, p. 108-109), a ideologia pode ser definida como “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador [...]”.

<sup>4</sup> Discurso pode ser entendido, nas ciências da linguagem, como “atividade verbal em geral” ou “cada evento de fala”. Para Maingueneau (2004, p. 52), “emprega-se tanto no singular (‘o domínio do discurso’, ‘a análise do discurso’ etc.) quanto no plural (‘os discursos se inscrevem em contextos’ etc.), conforme se refira à atividade verbal em geral ou a cada evento de fala”.

<sup>5</sup> O termo enunciado recebe definições diversas. Maingueneau (2004, p. 57) acolhe o termo como “o valor de frase inscrita em um contexto particular”.

uma vez que o discurso participa da definição do contexto, podendo modificá-lo ao longo do processo de enunciação. Da mesma forma, os autores assinalam que todo discurso apresenta marcas de subjetividade, mostrando ou não graus diferenciados de adesão ao que é afirmado pelo enunciador. Por isso, o discurso é assumido pelo autor no contexto em que é gerado.

Ademais, ao considerarem o discurso como um comportamento social como outro qualquer, Charaudeau e Maingueneau (2006) destacam sua submissão às normas gerais que controlam os comportamentos sociais, bem como às normas particulares e específicas que controlam cada ato de linguagem, asseverando que o discurso só adquire sentido no interior do universo de outros discursos, sendo, portanto, assumido em um interdiscurso<sup>6</sup> com os quais estabelece relações diversas, como citações e comentários.

A fim de complementar tais sucintas definições, é necessário explanar sobre a noção de **ethos** como a voz de “um sujeito situado além do texto” (MAINGUENEAU, 2004, p. 95), entendendo que esse conceito é um dos quais Aristóteles construiu como elemento de contribuição para a persuasão oratória. A este elemento uniam-se **logos** e **pathos**<sup>7</sup>, também conceitos da retórica aristotélica. Em outras palavras, “os antigos designavam pelo termo **ethos** a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (AMOSSY, 2008, p. 10). Apesar de inicialmente se aplicar à oratória, tal conceito se estendeu à escrita, porque “toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto” (MAINGUENEAU, 2004, p. 95).

Ratificando essa assertiva, Amossy (2008, p. 16), ao observar a noção de *ethos* na análise do discurso de Maingueneau, afirma que “o autor a relaciona à noção de tom, que substitui com vantagens a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala”, incrementando, portanto, essa noção em relação àquela inicialmente apreendida pela retórica aristotélica. Ainda, complementa a autora que “qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente (AMOSSY, 2008, p. 75).

O conceito de *cena de enunciação*, citado em Amossy (2008), emerge da noção em que a ação de enunciar, isto é, a fala, desenvolve-se como se encenada. Em **Análise de Textos de Comunicação**, Maingueneau (2004, p. 85) acrescenta que “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”.

Com efeito, o **ethos** de um discurso, mostrado ou dito, é um resultado de vários fatores que a todo tempo interagem, dificultando a distinção entre um e outro em razão dos extremos de uma linha contínua em que ambos se inscrevem. Maingueneau (2008, p. 18) legitima tal dificuldade ao afirmar que “o ethos de um discurso resulta da interação de diversos fatores: ethos pré-discursivo, ethos discursivo (ethos mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (ethos dito)”.

Em vista dessas considerações, será proveitoso entender, em sequência, quais conceitos inovadores introduzidos pela Sociolinguística podem colaborar na análise do prefácio da **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, de Cegalla, desnudando, em

---

<sup>6</sup> Interdiscurso, consoante Maingueneau (2004, p. 24), seria um “conjunto imenso de outros discursos que vêm sustentar” uma interdição.

<sup>7</sup>Maingueneau (2008, p. 14), em A Propósito do Ethos, ao retomar um fórmula de Gilbert (século XVIII), resume o triângulo da retórica antiga: “instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas”. E complementa: “os ‘argumentos’ correspondem ao logos, as ‘paixões’ ao pathos, as ‘condutas’ ao ethos”.

auxílio às considerações propostas pela Análise do Discurso, os vários matizes de dominação e de resistência à mutação linguística.

### 3 A Sociolinguística e a desconstrução de conceitos normativos

Em meados do século XX, em virtude do novo entendimento a partir do qual a língua deveria ser estudada considerando-se a sociedade em que ela é falada, emergem os primeiros estudos acerca da Sociolinguística. Considerada uma disciplina relativamente nova, a “Sociolinguística surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960” (BAGNO, 2007a, p. 28), sendo seu precursor o estudioso William Labov.

Com o advento dessa nova área de conhecimento, despontaram diversos conceitos, tais como variabilidade linguística, os mitos relacionados ao erro e ao acerto, a heterogeneidade linguística e social, dentre outros que foram, inclusive, introduzidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como a expressão **variedades dialetais**<sup>8</sup>, na tentativa de transformar a prática docente no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa.

Ainda que datadas de 1997, as instruções dos PCN encontram resistência relativamente à atuação dos professores, não só pela dificuldade em se desconstruir conceitos há muito arraigados no ensino da Língua, mas também porque alguns compêndios gramaticais sustentam antigas concepções de forma dogmática, desconsiderando o aspecto variacional da língua, como se os falantes e escritores da língua de fato empregassem à risca os preceitos normativos. Dessa forma, mesmo com a prospecção cronológica óbvia, algumas gramáticas resguardam conceitos já antiquados e que passam a ser questionados pela Sociolinguística. Por isso, é importante apresentar, preliminarmente, os aspectos da variação linguística a fim de que, mais adiante, possam ser tecidas as críticas a respeito do prefácio da gramática de Cegalla.

Em linhas gerais, a variação linguística refere-se à diversidade de falares que se apresentam no entorno de uma língua. Isso significa que os indivíduos se expressam diferentemente conforme a classe social, o meio em que vivem, o nível de escolaridade, etc. Tal expressão oral é facilmente percebida em qualquer ambiente que mescle indivíduos “diferentes”. Bagno (2007a, p. 47) corrobora essa percepção ao afirmar que a “variedade linguística é um dos muitos ‘modos de falar’ uma língua”.

Na verdade, a diversidade que recai sobre os modos de falar e escrever decorre da diversidade em que se inserem os próprios falantes e escritores da língua. Há de se ressaltar que a língua é social, é pertencente ao povo que dela faz uso. Seria inadequado, portanto, reconhecer que o nativo não maneja com destreza sua própria língua. Por esse motivo, a Sociolinguística adota como um de seus principais postulados o fato de que “toda e qualquer variedade linguística é plenamente funcional” (BAGNO, 2007a, p. 48), visando a dar respaldo àqueles que são a razão da existência da língua: os falantes e os escritores<sup>9</sup>.

Além disso, a funcionalidade das variedades linguísticas defendida por essa ciência, no sentido de que atingem seu fim precípuo que é a comunicação, tenta resguardar o indivíduo do preconceito linguístico que abate os que desconhecem ou,

---

<sup>8</sup> Bagno (2007a) assevera que a expressão variedades dialetais é um conceito fundamental da Sociolinguística, o qual está relacionado ao campo da variação linguística. Para o autor, o dialeto (termo empregado por muitos linguistas em substituição à expressão variedades dialetais) designa “o modo característico de uso da língua num determinado, lugar, região, província etc” (BAGNO, 2007a, p. 48).

<sup>9</sup> Nesse caso, o termo “escritores” é empregado com o intento de designar a utilização escrita da língua, e não uma classe de profissionais.

caso conheçam, não utilizam a norma-padrão. Dessa forma, cumpre explicar que, contrariamente ao que se afirma nos compêndios normativos, norma-padrão e norma culta não são expressões sinônimas.

Nessa ótica, Bagno (2007a, p.105-106) propõe a substituição da expressão “norma culta” por variedades prestigiadas e da expressão “norma popular” ou “vernáculo”<sup>10</sup> por variedades estigmatizadas, “com base na oposição entre prestígio e estigma”, por entender que estas expressões suprem de forma proveitosa as carências embutidas naquelas.

Nessa perspectiva de entendimento, “a norma padrão não faz parte da língua” (BAGNO, 2007a, p. 106), podendo ser considerada “um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral, mas principalmente sobre os falantes urbanos mais escolarizados” (idem, p. 106).

Seguindo essa linha de raciocínio, Bagno (2007a, p. 106-107) complementa que, “apesar de ser um produto cultural de natureza diferente das variedades linguísticas efetivamente empregadas pelos falantes, a norma-padrão tem que ser incluída em qualquer estudo sobre as relações entre linguagem e sociedade”. Bagno (2007a) ainda afirma, nesse rumo, que o modelo ideal (padrão) não representa o uso real da língua pelos falantes ditos cultos. Isso significa que os indivíduos “cultos”, isto é, de maior nível de escolaridade e mais urbanos, não fazem uso da norma-padrão da forma como é apresentada nas gramáticas, não sendo, por conseguinte, representantes dela.

Em suma, o que se pode perceber é que a língua é heterogênea em seus múltiplos aspectos, influenciando o falar e o escrever daqueles que dela se apropriam como instrumento de expressão. Por isso, é mera ilusão considerar a existência de uma forma ideal de expressão oral ou escrita, quando não se pode exigir que os indivíduos sejam “ideais”.

#### **4 Uma interpretação crítica da Gramática de Cegalla**

Passando à análise do prefácio da **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, de Cegalla (2000), é viável a aplicação dos conceitos anteriormente dispostos a fim de mapear a intenção do autor ao escrever a obra e desvelar os juízos linguísticos de valor por ele adotados.

Ainda que o propósito inicial de Cegalla, como bem afirma o autor, fosse a elaboração de uma Gramática Normativa que pudesse ser útil a professores e alunos, ele se vale de conceitos desconstruídos pela Sociolinguística em razão do aspecto de dominação e do preconceito linguístico neles contido. Dessa maneira, à luz dessa ciência da linguagem, é prudente iniciar a análise proposta partindo de tais conceitos.

Em início de observação, o professor conceitua a gramática como “meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita” (CEGALLA, 2000, p. 14). Já nesse conceito é possível observar que o autor admite a gramática como instrumento disciplinador tanto da expressão oral quanto da escrita, não pressupondo a existência de diversidades entre uma e outra. Outrossim, não há traços de consideração da variabilidade linguística que condiciona a fala e a escrita,

---

<sup>10</sup> Bagno (2007a) refere-se ao termo vernáculo como aquilo que é próprio de um país, nação ou região, da forma como o consideram os gramáticos, para que possa, então, proceder à substituição proposta. Valendo-se da Sociolinguística, William Labov cunhou outro significado para o termo, considerando vernáculo como “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, William *apud* BAGNO, 2007a, p. 51).

senão a intenção de regular ambas as formas de expressão valendo-se de um conjunto de normas estáticas.

Ao revés dessa constatação, “a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e reconstrução” (BAGNO, 2007a, p. 36). Isso significa que a língua é um processo nunca concluído e, portanto, não disciplinável, traduzindo a gramática como representante de “um controle de processos inerentes de variação e mudança, um refreamento artificial das forças que levam a língua a variar e a mudar” (idem, p. 37).

Quanto ao aspecto de “disciplinar a linguagem”, este se evidencia inadequado, pois a linguagem já está condicionada a seus próprios aspectos disciplinadores. Em outras palavras, sentenças agramaticais<sup>11</sup> não ocorrem na língua devido à obediência às características intrínsecas da língua. À guisa de exemplo, uma frase como **o menino comeu o bolo** dificilmente seria pronunciada ou escrita como **menino o comeu o bolo**, mesmo na fala de uma criança, visto que a anteposição do artigo definido ao substantivo é, de fato, regra na língua, por obedecer a padrões constantes.

Nesse sentido, Bagno, em **Preconceito Linguístico**, afirma que “não existe erro de português. Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado” (BAGNO, 2007b, p. 123), ou seja, o falante é capaz de perceber as regras de funcionamento da língua.

No segundo parágrafo do prefácio em análise, Cegalla (2000) pontua:

Temerário seria quem pusesse em dúvida a utilidade do estudo da disciplina gramatical. Maldizer da Gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas de polidez que todo civilizado deve acatar (idem, p. 14).

Já se nota o destempero do autor ao comparar a utilidade do estudo da disciplina gramatical a compêndios de boas maneiras que preceituam normas de polidez que todo civilizado deve acatar, não havendo ressalva alguma acerca dos conceitos de polidez e civilidade. Com efeito, nessa afirmação do professor, há um **ethos** mostrado, já que ele claramente relaciona o falar bem ao conhecimento da norma-padrão, tudo em manifesto posicionamento ao que considera como norma de polidez.

Nesse aspecto, quando o professor assevera que todo civilizado deve acatar normas de polidez, assevera, por conseguinte, que os sujeitos civilizados devem se servir do estudo da disciplina gramatical em termos de obrigatoriedade. Ocorre que o conceito de civilizado não está adstrito ao conhecimento da norma-padrão da língua, preconizada pelos compêndios gramaticais. Logo, não se pode considerar como não civilizados os que desconhecem a disciplina gramatical, encerrando, num único livro, a verdade definitiva e eterna sobre uma língua, visto que “a língua não é simplesmente um ‘meio de comunicação’ – ela é um poderoso instrumento de controle social, [...] de preservação ou destroçamento das identidades individuais, [...] de inclusão ou de exclusão” (BAGNO, 2007a, p. 83).

Da forma como se posicionou o professor podem resvalar diversos juízos de valor social que não se coadunam com os preceitos sociolinguísticos, uma vez que o conhecimento da gramática, de per si, não deve ser suficientemente classificatório ao

---

<sup>11</sup> Para Bagno (2007a), enunciados agramaticais são aqueles que desrespeitam as regras de funcionamento da língua, por isso não aparecem na fala espontânea e natural de falantes nativos do português do Brasil.

ponto de enquadrar indivíduos dentro ou fora de um padrão de civilidade, reforçando, portanto, os estigmas a que se refere Bagno (2007a).

Não é segredo que, há algum tempo, pairam dúvidas acerca da disciplina gramatical da forma como é ensinada nas escolas, recorrendo às classificações e análises de estruturas descontextualizadas. Contudo, as críticas normalmente não recaem sobre a gramática tradicional em si, mas sobre a forma como é aplicada no ambiente escolar. Consoante Bagno (2007a, p. 64), “a Gramática Tradicional merece ser estudada, como um importante patrimônio cultural do Ocidente, mas não para ser aplicada cegamente como única teoria linguística válida nem, muito menos, como instrumental adequado para o ensino”.

Posto isso, desconstruída fica a comparação estabelecida por Cegalla. Se assim não o fosse, os indivíduos estariam sujeitos unicamente ao crivo do normativismo e do prescritivismo apregoado pela gramática, sendo considerados não polidos ou desprovidos de civilidade caso não soubessem, por exemplo, que “notações léxicas são sinais gráficos que se juntam às letras, geralmente para lhes dar um valor fonético especial e permitir a correta pronúncia das palavras” (CEGALLA, 2000, p. 31).

Reiterando as manifestações a respeito das expressões oral e escrita, Cegalla complementa os disparates anunciando que “este manual pretende apenas ser um roteiro, um auxiliar para os que aspiram a falar e escrever com acerto e elegância” (CEGALLA, 2000, p. 14). Mais uma vez se observa a não diferenciação entre o falar e o escrever, além de problemas conceituais. Ao que parece, o professor não reconhece, quiçá por rejeição, a distinção entre o oral e o escrito, mesmo que a ciência linguística, desde Saussure, já o tenha feito. O trecho tenta abarcar num mesmo campo semântico<sup>12</sup> dois conceitos que são distintos.

Quanto à elegância, não se pode consentir que recaia apenas sobre os leitores e entendidos dos padrões gramaticais, pois, assim, seriam excluídos os falantes do idioma que a eles não tiveram acesso ou, por razões diversas, desconhecem suas “orientações”. Nessa ótica se encaixariam, também, os conhecedores que não utilizam religiosamente os preceitos normativos. Ressalta-se, novamente, que norma-padrão e norma culta não são expressões sinônimas.

Parafraseando Bagno (2007a), norma culta seria aquela de que se apropria o falante ou escritor ditos cultos, não necessariamente equivalendo à norma-padrão, cuja melhor definição se aproximaria ao modelo que serve aos parâmetros do falar e do escrever. Como os considerados cultos (indivíduos mais urbanos e mais escolarizados) não se valem das gramáticas como forma de modelo exemplar aos discursos falados ou escritos, pode-se dizer que não adotam com precisão a norma-padrão, evidenciando que, mesmo entre os considerados cultos, manifesta-se a variação linguística.

Mesmo afirmando evitar, “com o máximo cuidado, o dogmatismo intransigente e impositivo e as soluções pessoais arbitrárias, fundamentando sempre a doutrinação no uso vivo do idioma e na lição dos bons escritores” (CEGALLA, 2000, p. 14), o autor implicitamente se contradiz quando se refere aos exercícios objetivos e variados contidos ao fim de cada capítulo de sua obra. Vale observar o trecho:

Achamos que, em trabalhos deste gênero, não deve a teoria andar divorciada da prática. Por isso, juntamos a cada unidade exercícios objetivos e variados, por meio dos quais os estudantes poderão assimilar os ensinamentos gramaticais com mais facilidade e aplicá-los com segurança na prática da comunicação (idem, p. 14).

---

<sup>12</sup> Campo semântico diz respeito ao campo de significado que engloba palavras aproximadas pelo significado.

Tal contradição pode ser corroborada pinçando-se um exemplo de exercício a partir do qual o estudante supostamente assimilaria os conhecimentos gramaticais, aplicando-os com segurança na prática da comunicação. Ao fim de uma seção de conceitos acerca das regras que regem o uso do adjetivo, Cegalla propõe que se “passe um traço sob os adjetivos” (CEGALLA, 2000, p. 159), provavelmente a fim de verificar a capacidade classificatória do estudante. Eis aí um exemplo de ensino classificatório rejeitado pela Sociolinguística.

Em **Preconceito Linguístico**, afirma Bagno (2007b, p. 119) que "os métodos tradicionais de ensino da língua no Brasil visam, por incrível que pareça, a formação de *professores de português!*". Isso porque, na verdade, "o ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego à nomenclatura \_ nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta" (ibidem, p. 119). Dessa forma, melhor seria a proposição de exercícios reflexivos que estimulassem o conhecimento e o gosto pela língua, conforme o faz Bagno (2007a) a partir da página 225 de **Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística**.

Vale citar, também, o antepenúltimo parágrafo do prefácio em comento, com o objetivo de entender o que Cegalla (2000) toma por conceitos avançados:

Seguimos quase à risca a nomenclatura preconizada pelo Ministério da Educação e Cultura em Portaria de 28 de janeiro de 1959. Se em alguns pontos divergimos, abraçando conceitos mais avançados ou preferindo denominações não acolhidas pelo estatuto oficial, nunca o fazemos sem advertir o leitor (CEGALLA, 2000, p. 14).

Nesse trecho, o autor sustenta que diverge de alguns conceitos preconizados pela portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC), abraçando conceitos que considera mais avançados ou preferindo denominações diversas. Logicamente não há, no prefácio de uma gramática, espaço para minúcias e definições de todos os termos e conceitos utilizados. É possível, todavia, reconhecer que, apesar da **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa** ter sido editada no ano 2000, Cegalla (2000) se apoia em uma nomenclatura do final da década de 1950, isto é, temporalmente distante da data de edição da obra. Além disso, sequer foram mencionados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), implementados na década de 1990, ou seja, anteriores à edição do compêndio gramatical. Ainda assim, a obra foi intitulada como novíssima.

Não é de se estranhar, outrossim, que a obra não mencione os conceitos sociolinguísticos apresentados no decorrer deste trabalho, já que a base de sustentação do texto prefacial é anterior ao surgimento da Sociolinguística, que remonta de meados da década de 1960. Há de se acrescentar também que, a partir da contraposição teórica, em breve análise, de alguns conceitos afetos à área, pôde-se observar o caráter classificatório e terminológico dos exercícios, além da utilização de conceitos propriamente normativos que, por óbvio, não se harmonizam aos sociolinguísticos.

Nada obstante, o prefácio da **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**, de Cegalla, apresenta uma tentativa de adequação da disciplina gramatical a novos conceitos, propondo o que o autor denomina como roteiro para auxiliar os estudantes. Percebe-se, pois, que, apesar de normativista, há certa preocupação do autor acerca da aceitabilidade da obra. Desse modo, vale considerar, na análise do prefácio como um todo, o conceito de **ethos** advindo das teorias da Análise do Discurso.

Preliminarmente, o **ethos** que se inscreve em Cegalla apresenta-se cauteloso, ao citar, no primeiro parágrafo de seu prefácio, a importância da Lei de Diretrizes e Bases



e a oportunidade de se elaborar uma gramática em respeito a essa norma. Em seguida, percorrendo por todo o objeto de análise, reafirma-se tal cuidado do autor ao redigir certos trechos, possivelmente com o intuito de evitar que o leitor prejudique a obra antes mesmo de lê-la. Eis algumas marcas de esmero autoral em trechos da gramática:

1. “prático e suave, este manual pretende ser apenas um roteiro, um auxiliar” (l. 16);
2. “exposição sucinta e serena dos fatos gramaticais à luz da doutrina moderna e em harmonia com o estágio evolutivo da língua” (l. 19-21);
3. “evitamos, com o máximo cuidado o dogmatismo intransigente e impositivo e as soluções pessoais e arbitrarias” (l. 24-25);
4. “juntamos a cada unidade exercícios objetivos e variados” (l. 29-30);
5. “intento de amenizar a natural aridez da matéria” (l. 33);
6. “resta-nos agora aguardar dos competentes o veredicto, que esperamos não nos será inteiramente desfavorável” (l. 47-49).

Essas marcas pontuam, portanto, a preocupação do autor em “construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem” (AMOSSY, 2008, p. 19) – entenda-se, nesse trecho, àqueles que o leem, visto que o enunciado encontra-se registrado na forma escrita. Contudo, há de se ressaltar que as marcas rejeitadas anteriormente pela Sociolinguística ferem a cautela construída, revelando uma “indefinição acerca da confiabilidade do enunciatador e, conseqüentemente, do sentido do enunciado” (idem, p. 21).

Dessa maneira, a prudência do enunciatador (CEGALLA, 2000) fica maculada pela utilização, por exemplo, de termos como “disciplinar a linguagem” (l. 6-7); “forma ideal da expressão oral e escrita” (l. 7); “escrever com acerto e elegância” (l. 17-18); “segurança na prática da comunicação” (l. 32), uma vez que, com supedâneo sociolinguístico, foram desconstruídos vários desses conceitos.

Segundo Maingueneau (2008, p. 16), “o ethos visado não é necessariamente o ethos produzido”, sendo tal noção discursiva, cuja construção ocorre em meio ao próprio discurso, considerada “híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado” (idem, p. 17). Diante disso, nota-se que, apesar de algumas marcas mostradas de aceitação do dinamismo linguístico, a obra de Cegalla (2000) transmite uma ideia que se apresenta “por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser” (MAINGUENEAU, 2004, p. 99).

Por fim, resta a ilação de que existem manifestos traços de dominação no prefácio da gramática estudada, em que pese às inserções realizadas pelo professor que elaborou a obra, comprovando, conforme Maingueneau (2010, p. 80), que “a enunciação constrói certa ‘imagem’ do locutor e configura um universo de sentido que corresponde a essa imagem”.

## **5 Considerações Finais**

Considerando que o normativismo, cuja base é a regra a ser acatada pelos indivíduos, rejeita, implícita ou explicitamente, a flexibilidade proposta pela Sociolinguística, a qual, por sua vez, defende o uso da língua em respeito aos aspectos da variabilidade linguística, percebe-se a necessidade de se romperem alguns paradigmas concebidos como tradicionais, bem como padrões prescritivistas de rigidez, a fim de facilitar ao alunado a assimilação de um conteúdo mormente tachado como desinteressante, pois não espelha a realidade do estudante da língua. Logo, o ensino

descontextualizado da gramática, desvinculado de práticas que incentivam o interesse em aprender, deve ser repensado com o intuito de adequá-lo aos padrões da realidade discente.

Nesse âmbito, não se pode deixar de adotar posturas flexíveis diante dos conceitos de erro e acerto a fim de evitar a desvalorização dos saberes individuais dos estudantes. Possivelmente, seria mais proveitosa a introdução de conceitos relacionados à adequação dos usos da língua, em vez dos arcaicos conceitos de correção e incorreção. Desse modo, seria considerado o uso da língua em perspectiva, isto é, valorizada seria a situação e contexto em que o idioma é empregado. Desconstruindo-se alguns dogmas impregnados ao ensino, certamente decairia a noção de fracasso que circunda o ensinar.

Não se intenta, todavia, abolir o uso da gramática ou desvalorizar os conceitos normativos, visto que a própria análise de seu conteúdo e da forma como são prescritas as normas, por si mesmas, descortinam noções e aspectos a partir dos quais se sustentam as contraposições necessárias ao aprimoramento do ensino da Língua. O que se pretende, na verdade, é facilitar a interação entre o ensino da gramática, mas de forma contextualizada, e os preceitos teóricos das novas ciências linguísticas, destacando a utilidade do saber para o aluno, em vez de obrigá-lo a decorar conceitos que apenas tem serventia aos professores de português e profissionais afetos à área.

Vale, por fim, o registro de que, graças ao dinamismo e à capacidade de mudar intrínsecos à língua, seria de grande valia dar ao ensino uma nova roupagem, também dinâmica e mutável, distante das características de dominação, não apenas sob o pretexto de aproximar o falante e o escritor de seu próprio idioma, mas também sob o suporte de que o apreço pela Língua Portuguesa só pode ser alcançado se acompanhado de processos de mudança na forma de ensinar, compilando ensino e realidade discente.

## 6 Referências bibliográficas

AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007b.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

MUSSALIM, F. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

---

<sup>i</sup> Autor

**Thiago Soares de OLIVEIRA, Mestrando em Cognição e Linguagem**  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
so.thiago@hotmail.com